



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL - IPAM

REUNIÃO ORDINÁRIA
CONSELHO GESTOR DO IPAM

ATA Nº 03/2010

Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e dez, às nove horas e seis minutos, na sala de reuniões do IPAM, em Reunião Ordinária, verificado o quórum, reuniram-se os seguintes membros do Conselho Gestor do IPAM-SAÚDE: José Marly dos Santos Brando, Carlos Alberto Rodrigues Machado, Adivandro Rech, João Dorlan da Silva, Pedro Vanzin Filho e Gislane Ramos da Silva Sabedotti, conselheiros titulares, juntamente com os conselheiros suplentes, José Carlos Matos e Mariane Travi Ceconello e, os membros do Conselho Fiscal, Marcos e Maria Cristiane Vieira da Silva. A reunião foi iniciada com o Presidente do Conselho Gestor, Brando, agradecendo a presença de todos. Após ele: 1º distribuiu o Informe IPAM, nº sessenta, do mês de maio de dois mil e dez, onde constam as datas e horários das reuniões dos representantes da saúde preventiva do ano de dois mil e dez, conforme havia sido solicitado na reunião anterior; 2º comunicou ao Presidente do Conselho Fiscal do IPAM Saúde que estão agendadas mais duas reuniões conjuntas que acontecerão nos dias nove de setembro e oito de dezembro deste ano e, salientou que caso seja necessário serão agendadas outras e, 3º reforçou a importância que os Conselhos Gestor e Fiscal têm para estruturação/reformulação da LC duzentos e noventa e oito. Marcos comunicou que estão apenas em dois nesta reunião porque os conselheiros representantes do sindicato pediram substituição. Após informou que ele também o fará devido à demora para obter resposta dos apontamentos. Pontuou que existe uma ansiedade para ter estes controles e que isto gera um estresse. Ele acrescenta que a nível de Conselho considera que é importante que estas reuniões continuem e que os apontamentos que foram realizados devem ser levados a frente. Cristiane pontuou que também irá solicitar sua saída do Conselho Fiscal. Em sua opinião, o Conselho Gestor deveria ser mais ágil nas decisões, pois esta lentidão está gerando custos desnecessários. Ela citou como exemplo disso o custo que o Instituto está tendo com as próteses importadas, que vem desde a gestão passada. Marcos falou que foi esse desconforto sentido pelos conselheiros que acabou gerando a saída dos mesmos. Acrescentou que a demora gera tanto um custo para o funcionário quanto um atrito para a gestão. Brando mencionou que um dos tópicos que foi muito debatido nas reuniões diz respeito às remoções que conforme conhecimento dos presentes não está prevista em lei, não temos nem condições e nem estrutura para tal serviço. Ele esclareceu para o Marcos que existe uma comissão formada pelo Adivandro, representante da administração, e pelo Pedro, representante do sindicato, para revisar e fazer as correções necessárias na lei. Cristiane contou que, ontem, ouviu uma servidora do Instituto falar para um servidor, que estava solicitando reembolso, que a Ordem de Serviço dizia que ele não tinha direito, mas que ele devia ir conversar com o Diretor, ou seja, ela disse a gente não faz, mas vai e conversa com o Diretor. Em sua opinião, a servidora deveria ter resolvido ali o problema e não ter encaminhado para outra pessoa, além de que, norma é norma e não deve ter exceções. Considera esta postura como falta de responsabilidade da colega e reforça que todos têm o compromisso na manutenção do plano. Ela acredita que a Ordem de Serviço está sendo cumprida. Para Marcos, a demora está na gestão, pois tanto o Conselho Gestor quanto o Conselho Fiscal não se reúnem todos os dias, então algumas coisas devem vir prontas. Os conselhos são auxiliares da administração e dão transparência. Ele reforçou que essas questões referentes à gestão do IPAM estão vindo há muito tempo e que tem que ter planejamento, ter uma base observando as mudanças do mercado. Em sua opinião, ou se toma uma linha de ação mais rápida, mais precisa, mais resolutiva ou continuaremos a ter todo o transtorno que estamos tendo até agora. Brando salientou para o Marcos que antes de qualquer decisão ser tomada pelo Conselho, os servidores do Instituto são ouvidos. Marcos falou que planejamento não é só ouvir. Pedro observou que no serviço público uns trabalham e outros não e, os que trabalham se angustiam porque querem ver as coisas encaminhadas. Acredita que em primeiro lugar os membros do conselho devam entrar em acordo, construir um entendimento, porque terão que tomar algumas decisões de caráter mais técnico do que político. Pedro mencionou também que, solicitou e foi respaldado pelo Brando que o Conselho Fiscal se reúna, pelo menos umas três ou quatro vezes por ano, com o Conselho Gestor, para que apresente um relatório, verbal ou escrito. Ele mencionou que gerenciamos muito mal os nossos

ATA 03/2010

CPM


MARCIANA



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL - IPAM

recursos porque de fato existe uma série de facilidades que não deveriam existir. Além de estarmos pagando mais caro o medicamento na nossa farmácia. Para José Carlos, as dificuldades que o IPAM enfrenta são históricas e, hoje, somos a consequência do que passamos. Acredita que as dificuldades que estamos encontrando como o recadastramento dos servidores e a indicação do Diretor de Serviços de Saúde, que são muito importantes, são pequenas se comparadas a tudo que já passamos para chegar até aqui. Ponderou que é claro que ficamos muito angustiados pela demora. Ele acrescentou que a LC foi aprovada em dois mil e sete e, em dois mil e nove foi realizado o primeiro remendo e que agora estamos indo para o segundo. José Carlos pontuou que os encaminhamentos estão muito aquém do que todos gostariam, mas eles estão sendo feitos. Ele concorda que temos que achar formas para agilizar, mas reforça que temos que ter clareza que não conseguiremos alcançar tudo o que almejamos. Brando lembrou que os colegas acreditavam que o plano não teria custo e isso não existe. Além de trabalharmos também com a leitura feita por muitos servidores de que "sempre foi assim" e tem que continuar. Concorda que existem muitos aspectos que ainda não conseguimos avançar como gostaríamos, mas que infelizmente algumas questões estão além de nossa vontade, citou como exemplo a informática, onde estamos "umbilicalmente" amarrados a Prefeitura, que apresenta dificuldades em implantar seus programas e, somente após isto poderemos trabalhar com o cadastro único, ou seja, estamos dependente. Dorian pontuou que irão amanhã no Ministério Público e na semana que vem no Tribunal de Contas do Estado. Ele gostaria de deixar claro que o Sindicato está fazendo o seu papel. Comentou que gostaria que o Presidente do IPAM participasse, no dia cinco de maio, da reunião do Conselho Deliberativo do Sindicato cuja pauta é o IPAM-SAÚDE. Ele acrescentou que como já foi falado nesta mesa, o Conselho não é gestor, nem executor, mas apenas consultivo. Sendo que muitas coisas são de competência da administração do Instituto. Além de faltar respaldo político do Prefeito frente ao IPAM. Para Dorian, as próteses e as remoções são "café pequeno" perto de gastos que acontecem com as hospitalizações, as clínicas, os laboratórios, o artigo dezenove e a farmácia que pratica valores acima do mercado. Para finalizar, ele, quer deixar claro que em nenhum momento estão colocando em dúvida a honestidade e a capacidade dos gestores. Cristiane mencionou que em relação ao recadastramento, acompanhou o trabalho do Osvaldo no ano passado e que o sistema está pronto para ser implantado, mas a administração não libera. Acrescentou que os dados da Di Uno também são necessários para o FAPS e, estamos a mais de um ano e meio tentando a liberação, que não está acontecendo. Para Dorian nosso plano é viável e não queremos ir para outras alternativas. Sua preocupação está no fato de que não há respaldo tanto que os membros do Conselho Fiscal do IPAM-SAÚDE estão solicitando afastamento. Menciona que o trabalho deles é técnico onde apontaram vários aspectos a serem melhorados que não obtiveram respostas. Para Dorian não adianta discutir e não ter encaminhamento. Para encerrar ele mencionou que não existe auditoria que seja realizada em gabinete, como é a nossa. Para Adivandro o Conselho Fiscal do IPAM-SAÚDE está muito bem informado. Ele pontuou que é claro que não basta ter informações, são necessárias ações, existe uma necessidade de respostas positivas que representem ações, mas reforça que a informação existe. Ele comentou sobre o informativo do Sindicato onde foi mencionado sobre o recadastramento dos servidores e mencionou que houve uma espécie de recadastramento quando a Lei duzentos e noventa e oito entrou em vigor, quando da opção pelo plano individual ou familiar. Em sua opinião, existem coisas maiores que devem ser feitas antes. Adivandro questionou sobre a afirmativa de que algumas pessoas estariam utilizando o plano sem ter direito. A esse respeito perguntou quem são estas pessoas, pois isto é algo muito sério que temos que tomar providências. Brando comunica que nunca teve acesso a essa lista. Marcos reforça que o sistema interno do Instituto não transmite confiança. Cristiane falou que a lista é de quem se exonerou ou faleceu que apresenta débito junto ao Instituto. Ela informa que uma lista específica de quem utilizou após a exoneração nunca foi realizada, que ela saiba. Adivandro reforça que quando for levantado dentro do Conselho que "alguns" fazem é muito importante que os nomes sejam apresentados, pois fica muito abrangente. Para esclarecer citou como exemplo quando alguém dizer que "alguns" procuradores são corruptos, nesta citação o nome dele também fica neste contexto e isso causa um mal estar. Ele gostaria de saber onde está esta lista. Por último ele questionou o Dorian qual serão as ações do sindicato diante a aprovação da minuta de alteração da LC duzentos e noventa e oito, nas questões onde houver consenso da administração e do sindicato, ou seja, nestes casos o sindicato continuará a promover ações e se haverá

WAZ 17











PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL - IPAM

representação nos pontos onde houve consenso. Dorlan falou que se a legislação deixar brecha o advogado do Sindiserv com certeza entrará na justiça em prol dos direitos dos servidores. Brando mencionou que gostaria de realizar duas citações: a primeira é que não tem conhecimento da lista mencionada anteriormente e a segunda é o texto do Informe do Sindicato diz que "Sabemos que existem pessoas que saíram do serviço público e que ainda continuam usando o Plano, pois a carteira sequer é recolhida". Adivandro comentou que a sua intenção ao trabalhar nesta minuta e acredita que a do Pedro também, não é política, pois este movimento já foi realizado na elaboração da mesma. O objetivo deste trabalho é de alterar a lei para corrigir distorções. Na opinião do Pedro, estamos diante do mercado numa situação bastante simplória. Existe um débito moral com os profissionais médicos e odontológicos. Ele pediu que todos os documentos emitidos para o Conselho Gestor sejam impressos em folha timbrada e assinados. Foi esclarecido que desde a solicitação realizada no ano passado todos os documentos estão sendo entregues conforme a solicitação descrita acima. Pedro solicitou: 1º que cada setor do Instituto diga ao Conselho o que estão utilizando como regramento, se é apenas a LC duzentos e noventa e oito e o decreto ou se existem: ordens de serviço, portarias, instruções normativas e resoluções; 2º se todas elas tiveram publicidade legal; 3º relatório dos cinquenta maiores devedores e, 4º qual a dívidas dos cinquenta maiores devedores com a farmácia especificamente. Dorlan solicitou que conste em ata que está é a terceira vez que solicita o relatório dos gastos com a farmácia dos artigos dezenove e cento e oitenta e um. Pedro questionou o porquê temos que pagar, por exemplo, exames pré e pós-operatórios, enquanto que as pessoas que estão enquadradas no artigo dezenove têm tudo coberto, ou seja, quem nunca usa o plano ou utiliza eventualmente acaba sendo penalizado nos exames pagando a metade. Ele pediu sobre o levantamento dos valores pagos para a realização das cirurgias por vídeo. Foi esclarecido que este levantamento foi realizado e apresentado para o conselho para que o mesmo decidisse o valor que o plano iria cobrir. Pedro solicitou que conste em ata que futuramente é interessante repensar nos valores cobrados dos segurados dos exames pré e pós-operatório. Ele pediu também que seja providenciado o parecer contrário ao Decreto, que foi elaborado pelo procurador, conforme consta na ata vinte e nove de dois mil e nove. Dentro das ações propositivas, faz um apelo ao Presidente do IPAM, para que seja investido mais em prevenção, como foi proposto anteriormente nas seguintes aspectos: diabetes, gerenciamento de sangue e DST. Pedro acredita que temos que trabalhar mais neste aspecto independente das ações propostas por ele serem aceitas ou não. Solicitou também que seja fornecida a cópia do balancete anual da Saúde que será publicado amanhã no Diário Oficial. Carlos manifestou-se dizendo que com relação ao documento do Sindicato, teve conhecimento pelo site e não de forma oficial e, que não é novidade nenhuma para ninguém o que está colocado ali. No entanto a forma como foi colocado em alguns momentos parece mais agressiva, mas enfim a síntese e o teor estão bem colocados. Tanto que a figura do Diretor é uma luta que estamos tendo desde o início do ano passado e é muito bom que isto tenha sido colocado na pauta porque vem de encontro ao pleito do Conselho. Carlos mencionou também que, em relação ao recadastramento, neste momento estamos envolvidos com o dos aposentados e pensionistas, em seguida vem o processo de eleição dos conselheiros do FAPS. Pontuou que a equipe do Instituto é pequena para estas demandas todas, mas reforçou que o compromisso também é de recadastrar os ativos, ou seja, após os tópicos mencionados anteriormente o próximo é o recadastramento. No que se refere à auditoria, ele é um que diz que este contrato tem que ser revisto porque realmente não se admite que ela esteja dentro do Instituto utilizando a estrutura do mesmo. Reforçou que foi uma herança que recebemos e temos que resolver. Salientou que a sua preocupação é a mesma dos presentes e temos que trabalhar juntos e mantermos esta linha. Comentou que temos que continuar aprimorando no sentido de não retirar os benefícios dos servidores, mas tem que ver a saúde financeira do plano, manter o equilíbrio do Instituto. Por último Carlos falou que a expressão utilizada "irregularidades dentro do Instituto" para quem lê vai acreditar que está ocorrendo roubo, em função do país onde vivemos. Mencionou que sabe que não foi esta a intenção, pois irregularidade é um termo muito amplo. Brando finaliza a reunião agradecendo novamente a presença de todos e lamenta a saída dos membros do Conselho Fiscal do IPAM-SAÚDE. Salientou que sabemos que a administração, hoje, é mais utópica do que efetivamente realista. Nada mais havendo a relatar eu, Márcia de Araujo, encerro a presente ata que será assinada por mim e pelos demais presentes.

VA 7214

Dorlan
Brando
Adivandro
Márcia de Araujo
Carlos